

CULTURA POLÍTICA TRABALHISTA: IDENTIDADE E ADESÃO

Autores: ELISDAEL OLIVEIRA SANTOS;

Introdução

Na trajetória política do Brasil no século XX, dentre os fenômenos políticos mais estudados para a compreensão das relações existentes entre Estado¹ e Sociedade estão os debates acerca de populismo e trabalhismo. Essas abordagens apresentaram transformações no decorrer do tempo, seja devido às revisões do debate historiográfico ou ainda em função dos interesses políticos daqueles que estavam no poder. Portanto, nossa proposta tem como pressuposto abranger a discussão em torno dos conceitos de populismo e trabalhismo ressaltando que para a pesquisa em curso, na qual discutimos sobre Cultura Política Trabalhista na Cidade de Montes Claros entre os anos de 1945 a 1964 priorizamos como categoria explicativa o trabalhismo. Nesse sentido, conceitos como cultura política (BERSTEIN, 1998) e trabalhismo (GOMES, 2005) auxiliarão na análise e discussão do objeto.

Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual estamos utilizando como fontes a imprensa escrita, a saber: o Jornal A Gazeta do Norte. Também, atas e correspondências da Câmara Municipal de Montes Claros referentes aos anos de 1945 a 1964. O referencial teórico e os conceitos de Trabalhismo e Cultura Política estão sendo empregados no sentido de contribuir como aporte para pensar as relações estabelecidas entre os trabalhadores e agrupamentos políticos. De acordo com Berstein (1998), são necessários vetores para que ocorra a difusão da cultura política, sendo que o jornal constitui um destes. No tocante ao conceito de trabalhismo formulado por Gomes (2005), este ampliou as possibilidades de interpretação para compreender a adesão dos trabalhadores às políticas sociais implementadas pelo governo, especialmente a Legislação Trabalhista.

Resultados e Discussão

Dentre os estudos que consagram o populismo para o entendimento das relações entre Estado e sociedade no pós 1930, temos os apontamentos realizados por Ianni na obra *A formação do estado populista na América Latina*, na qual o autor assevera que o populismo emergiu num contexto de crise do sistema oligárquico². Consoante o autor, ele surge numa época determinada do movimento político operário, quando ganham proeminência os processos de urbanização, industrialização e crescimento do setor terciário da economia, transformando de modo profundo a composição interna da sociedade e as relações entre as classes sociais (IANNI, 1989, p. 69 -70). Essa análise utiliza-se da teoria da modernização, a qual possibilita uma interpretação dual entre campo/cidade, economia agrária/industrial, líderes carismáticos/massas. Essa visão dualista, na concepção de Ferreira de se deve ao fato de que, para alguns intelectuais, “os trabalhadores ainda não tinham consciência de sua própria classe” (FERREIRA, 2001, p. 09), sendo portanto, massa. Nessa perspectiva, o líder carismático³ manipulava a massa desorganizada.

No tocante ao debate sobre a ocorrência ou não do populismo no Brasil, temos a discussão de Weffort como precursora. Utilizando do conceito de Estado de Compromisso⁴, o autor conceitua o populismo brasileiro como um “fenômeno de massas, ou que pelo menos adquiriu aparência de massa, dadas as circunstância históricas vivenciadas no país” (WEFFORT, 1978, p. 27). Contextualiza a emergência desse fenômeno em 1930, sendo que o mesmo teria encerrado em 1964, com o golpe civil-militar. Embora Weffort busque compreender o populismo como Estado de Compromisso, a ideia central presente em sua discussão reforça a existência de uma relação instável entre grupos dominantes e massas (GOMES, 2001). Conforme pondera Ferreira, é importante ressaltar que a princípio o populismo foi utilizado com o intuito de se construir uma imagem desqualificadora, “negativa do adversário político, e somente ao longo do tempo veio a ser entendida como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico” (FERREIRA, 2001, p. 09).

Já o conceito de Trabalhismo passou a ser utilizado por Gomes para se referir a um certo conjunto de ideias e práticas políticas, partidárias e sindicais, que poderia ser identificado para além de seu contexto de origem histórica, no caso, o Estado Novo (GOMES, 2010, p. 55).

Nessa acepção, embora o Estado tenha antecipado em elaborar a legislação trabalhista, os trabalhadores não foram manipulados, mas sim, aderiram a estes benefícios, já que a relação fundadora do Estado assemelhava-se a uma doação, um pacto de reciprocidade no sentido de “dar e receber dádivas, presentes e benefícios.” Entendido no sentido de adesão, o trabalhismo pensado por Gomes se insere no campo da cultura política

enquanto “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns de passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, P. 21). Assim, a cultura política “permite definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERSTEIN, 1998, p. 350), o que propicia inferir que muitas vezes as pessoas aderem a determinadas culturas políticas, sejam elas plurais ou nacionais, menos pela aprovação das ideias compartilhadas e mais por identificar-se com os valores e/ou tradições representadas pelo grupo.

Conclusão

É inegável que com a renovação ocorrida na historiografia, especialmente o repensar do político, a cultura política foi incisiva no sentido de expandir possibilidades de discussões sobre condutas políticas por viabilizar noções de adesão que estimulam as ações dos cidadãos. A interpretação do trabalhismo enquanto cultura política ampliou as alternativas para compreensão das relações estabelecidas entre Estado e classe trabalhadora na perspectiva de adesão, orientada por meio de um pacto entre os partícipes no qual ambos se beneficiavam. Nesse sentido não havia manipulação, mas sim acordos.

Na cidade de Montes Claros/MG, embora a realidade fosse distinta em relação aos grandes centros urbanos é possível observar que havia repercussão das ideias trabalhistas, sendo o 10 de Maio comemorado e tendo a participação dos trabalhadores. No entanto, somente o percurso da pesquisa possibilitará afirmações mais contundentes em relação a demais elementos da cultura política aqui compartilhada.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) que financia a presente pesquisa, o que possibilita dispor de tempo para dedicar à leitura das fontes, referencial teórico e escrita. Ao orientador PhD. Laurindo Mékie Pereira com quem tenho a oportunidade de dialogar sobre a pesquisa e esclarecer dúvidas, o que contribui para aprimoramento enquanto pesquisadora.

[1] A interpretação acerca do Estado aqui empreendida segue a proposição de Bourdieu o qual o considera como detentor da violência simbólica legítima. (2004, p. 165)

[2] Forma particular de Estado capitalista no qual combinam-se elementos patrimoniais com a racionalidade capitalista. O poder era exercido por meio da violência, coação, troca de favores, fraudes eleitorais e sem o consentimento livremente expresso pelo povo. (1989, p. 47- 48)

[3] Conforme destaca Weber, o carisma seria um dos recursos por meio do qual o Estado reivindica para si o exercício da coação física legítima, a saber: a dominação. (1998, p. 525)

[4] Pode ser compreendido como estilo de governo e simultaneamente, política de massas.

Referências

BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In: RIOUX, Jean Pierre. SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Estampa: Lisboa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. SP: Brasiliense, 2004.

CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. **Experiência e Poder na Urbe em Expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930-1964**. Dissertação. BH: UFMG, 2008.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O Populismo e sua História** - Debate e Crítica. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 3ª edição, 2005.

_____. **História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões**. In: Rachel Soihet, Maria Fernanda B. Bicalho e Maria de Fátima S. Gouvêa. RJ: Mauad, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In.: **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. BH: MG, Agvmentvm, 2009.

VIEIRA, M. do Pilar de A e outros. **Imprensa como Fonte para a Pesquisa Histórica**. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, nº 3, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. UNB, 1999. Seção 08.

WEFFORT, Francisco Correia. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

11^o FEPEG FÓRUM

ENSINO · PESQUISA
EXTENSÃO · GESTÃO

UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

ISSN: 1806-549X

Realização:



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO
E INOVAÇÃO SUPERIOR



Apoio:

